



RELATÓRIO DE
ATIVIDADES
2021





O **Projeto Conexão Mata Atlântica** tem o objetivo de preservar os serviços ecossistêmicos associados à conservação da água e da biodiversidade e à captura de carbono em zonas prioritárias do Corredor Sudeste da Mata Atlântica brasileira, sendo desenvolvido nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e pelo Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações - MCTIC, com apoio do Fundo Global para o Meio Ambiente e do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, e com execução financeira pela Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos - FINATEC.

Os recursos utilizados são provenientes de doação do Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environmental Facility - GEF) no valor de US\$ 31,5 milhões. Para o Estado de São Paulo, o valor total da doação é de US\$ 16,5 milhões (equivalente a R\$ 62 milhões).

Em São Paulo, o Projeto é executado pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA e pela Fundação Florestal - FF.

O Projeto está organizado em três componentes:

1. PESQUISA E MONITORAMENTO

Pesquisas científicas em biodiversidade e clima, além de monitoramento e avaliação dos resultados do projeto e de seus impactos. Os responsáveis por esta linha de atuação são o MCTIC - Ministério da Ciências, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e a UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais.



2. AUMENTO DOS ESTOQUES DE CARBONO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL

Implementação do projeto de PSA - Pagamentos por Serviços Ambientais para conservação e restauração de vegetação nativa e adoção de sistemas produtivos mais sustentáveis. Executado em São Paulo pela SIMA – Unidade de Gestão de Projetos e Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, o componente atua também nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

O PSA - Pagamento por Serviços Ambientais é um instrumento econômico de incentivo que reconhece e remunera os provedores de serviços ambientais, no caso do Projeto Conexão Mata Atlântica os proprietários ou possuidores de imóveis rurais que executam ações voltadas à conservação e restauração de vegetação nativa e ao manejo sustentável das atividades produtivas, de modo a contribuir para a conservação do solo, da água e da biodiversidade e para a remoção de gases de efeito estufa.

O Projeto Conexão Mata Atlântica executa duas modalidades de PSA: o PSA Proteção e o PSA Uso Múltiplo, além de uma modalidade complementar que apoia financeiramente a proteção de áreas destinadas à restauração, o PSA Cerca.





3. AUMENTO DA EFICÁCIA E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PROMOÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS EM SUAS ZONAS DE AMORTECIMENTO

Executado apenas em São Paulo, pela Fundação Florestal, a estratégia adotada para o Componente 3 do Projeto concentra-se na aplicação combinada de mecanismos de gestão de áreas protegidas e de mercado (incentivos) para promover o incremento e manutenção das superfícies de Mata Atlântica em terrenos privados na Zona de Amortecimento de Unidades de Conservação (Estação Ecológica de Bananal e Núcleos Santa Virgínia e Itariru do Parque Estadual de Serra do Mar) e na APA - Área de Proteção Ambiental São Francisco Xavier.

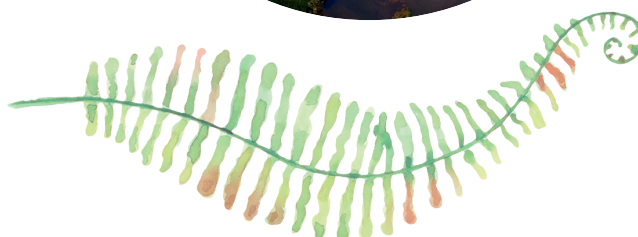
Os instrumentos voltados às áreas privadas em zonas de amortecimento e APA são:

- Apoio à certificação de produtos agrícolas e/ou florestais e de unidades produtivas;
- Apoio a Cadeias Produtivas de Valor Sustentáveis;
- Pagamento por Serviços Ambientais (modalidade Uso Múltiplo)

Além disso, o componente atuará na melhoria da gestão e da sustentabilidade financeira das mesmas unidades de conservação. Esta ação, no entanto, não é objeto deste relatório.

RESULTADOS PARCIAIS

Este relatório apresenta os resultados obtidos pelo Projeto pela aplicação de incentivos econômicos a produtores rurais até o momento.



1. PSA PROTEÇÃO

O PSA Proteção incentiva a conservação e a restauração de vegetação nativa. A seleção dos provedores foi realizada por meio de leilões reversos, que tiveram o objetivo de selecionar e contratar as melhores propostas oferecidas pelos participantes considerando a prioridade das áreas para conservação e o valor pretendido pelos proprietários rurais. Ressalta-se nesta modalidade os valores contratados são os apresentados pelos participantes nas propostas selecionadas, o que explica a variação observada.

A área abrangida por esta modalidade compreende os municípios de Paraibuna, Redenção da Serra, Cunha, Lagoinha, Areias e Silveiras, além de parte dos municípios de Taubaté, Guaratinguetá, Lorena e Cachoeira Paulista.

Os contratos preveem três pagamentos iguais, todos realizados após a verificação do cumprimento das ações previstas nos planos de ação.

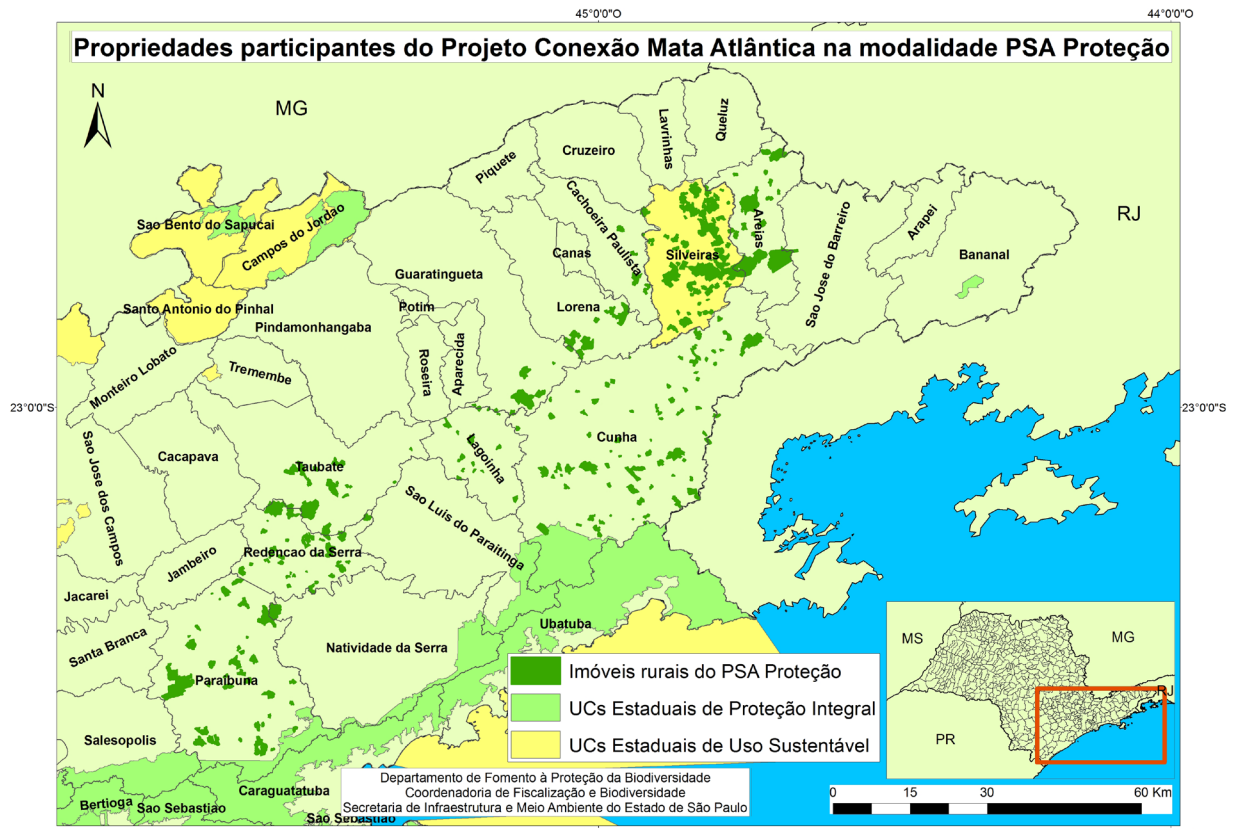
A fase de seleção de provedores para o PSA Proteção já foi concluída. Foram publicados seis editais de seleção. O resultado final do processo de seleção, consolidando as informações de todos os editais é apresentado a seguir:

Foram 390 contratos assinados até dezembro de 2020. Outros processos de contratação encontram-se em andamento.

Tabela 1: Resultado final do processo de seleção para o PSA Proteção

TOTAL	
Áreas em conservação	
Propostas selecionadas	290
Área total selecionada (ha)	9.712,55
Área média (ha)	33,78
Valor total (R\$ para 3 anos)	7.407.591,76
Valor médio (R\$/ha/ano)	400,00
Menor valor (R\$/ha/ano)	72,46
Maior valor (R\$/ha/ano)	500,00
Áreas em restauração	
Propostas selecionadas	100
Área total selecionada (ha)	608,7
Área média (ha)	6,1
Valor total (R\$)	778.022,95
Valor médio (R\$/ha/ano)	469,90
Menor valor (R\$/ha/ano)	111,00
Maior valor (R\$/ha/ano)	500,00
Restauração + Conservação	
Propostas selecionadas	390
Área total selecionada (ha)	10.321,25
Área média (ha)	26,46
Valor total (R\$ para 3 anos)	8.185.614,71

O mapa a seguir apresenta a localização dos imóveis participantes do PSA Proteção:



Na tabela seguinte, é possível observar o número de proprietários selecionados no projeto para a modalidade PSA Proteção por município.

Tabela 2: Número de provedores selecionados para o PSA Proteção

	Conservação	Restauração	Total
Areias	17	8	25
Cachoeira Paulista	7	3	10
Cunha	78	30	108
Guaratinguetá	13	4	17
Lagoinha	10	8	18
Lorena	4	2	6
Paraibuna	42	16	58
Redenção da Serra	31	13	44
Silveiras	70	14	84
Taubaté	18	2	20

Os gráficos seguintes apresentam os resultados para as ações de restauração e proteção, por município, para os seguintes parâmetros: áreas compromissadas para as ações, valor total do pagamento, número de proprietários selecionados e valor médio do pagamento por área.

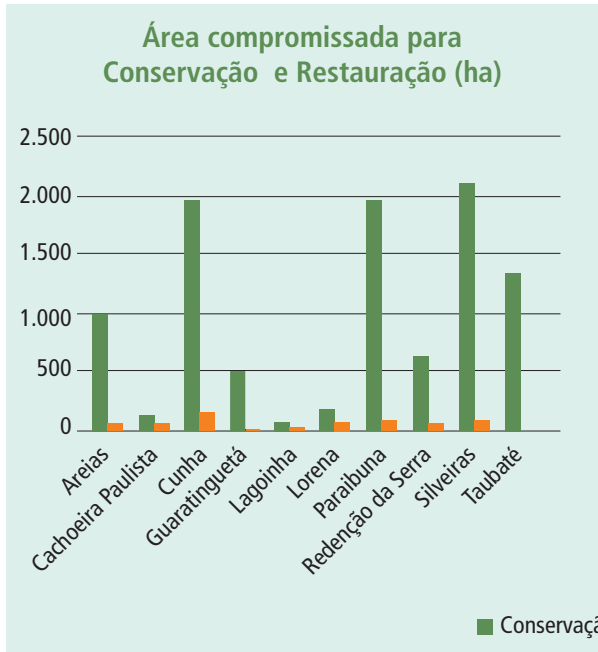


Figura 1: Área para conservação e restauração de vegetação nativa

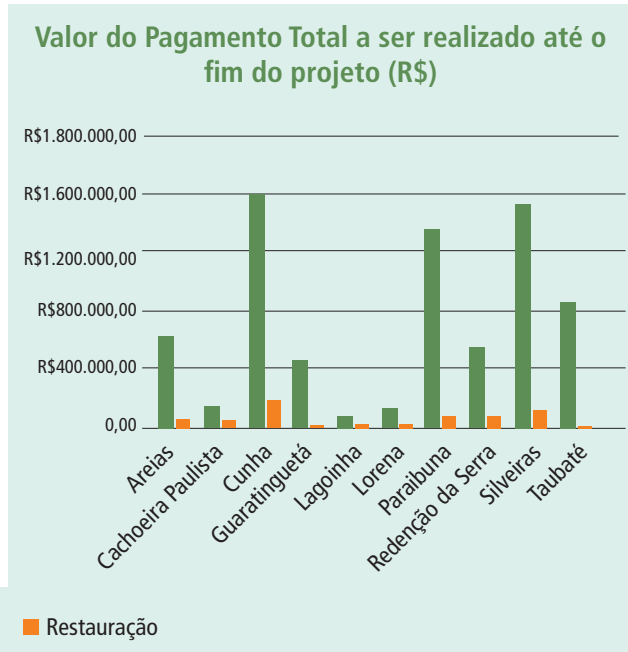


Figura 2: Valor total dos pagamentos por Município

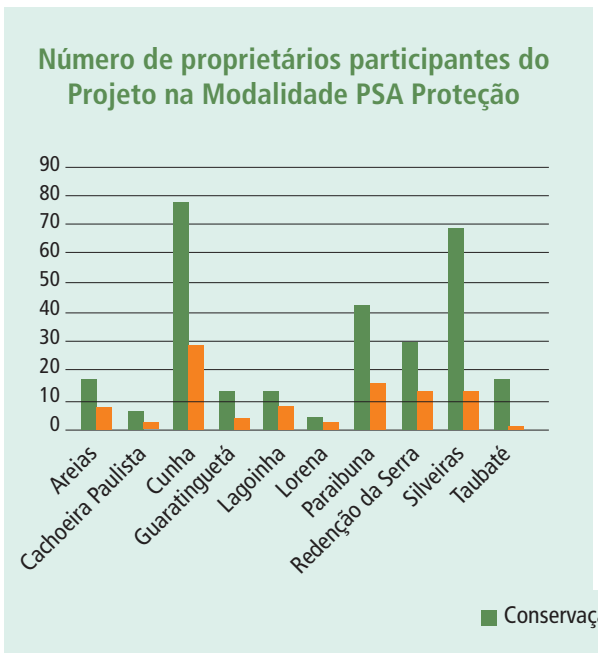


Figura 3: Número de provedores selecionados para o PSA Proteção por modalidade

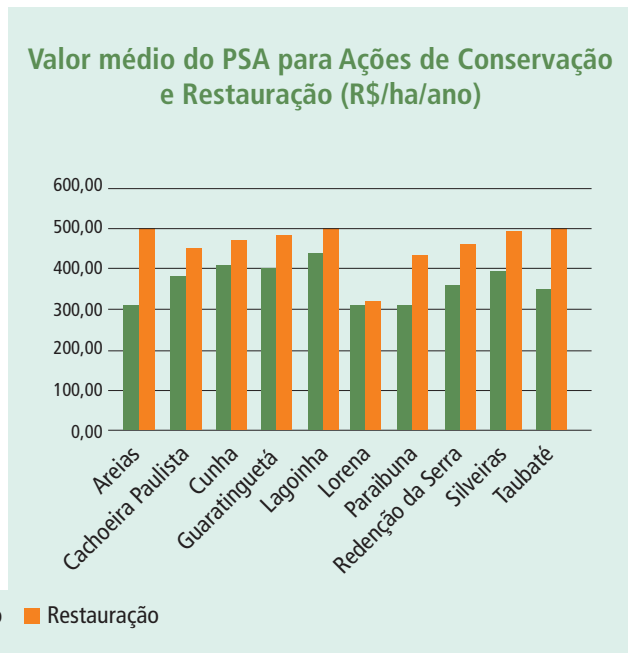


Figura 4: Valor médio dos pagamentos

2. PSA USO MÚLTIPLO

O PSA Uso Múltiplo além de apoiar a conservação e a restauração de vegetação nativa tem também o objetivo de incentivar a conversão de áreas de baixa produtividade econômica e ambiental, especialmente pastagens degradadas, para usos mais sustentáveis como pastagens manejadas e piqueteadas, sistemas agroflorestais, culturas agrícolas com manejo agroecológico e florestas multifuncionais. Todo o imóvel é objeto de uma avaliação inicial que orienta a definição de planos de ação em que o produtor e os técnicos do projeto definem as intervenções necessárias para sanar problemas eventualmente existentes e as oportunidades de melhoria visando aumentar a produtividade e a renda e a proteção ambiental.

O PSA Uso Múltiplo destina-se aos seguintes territórios:

- Área de Proteção Ambiental (APA) São Francisco Xavier, no distrito homônimo do município de São José dos Campos;
- Zona de Amortecimento da Estação Ecológica de Bananal, abrangendo parte do município homônimo;
- Zona de Amortecimento do Núcleo Itariru do Parque Estadual Serra do Mar (PESM) – abrangendo parte dos municípios de Peruíbe, Itariri, Pedro de Toledo e Miracatu;
- Zona de Amortecimento do Núcleo Santa Virgínia do Parque Estadual Serra do Mar (PESM) e áreas adjacentes– abrangendo os municípios de São Luiz do Paraitinga e Natividade da Serra.

Os contratos desta modalidade preveem três pagamentos, o primeiro calculado considerando a situação do imóvel na adesão ao projeto (linha de base) e os demais proporcionais às melhorias implementadas em relação ao uso do solo e adesão a práticas conservacionistas.

A seguir são apresentados os resultados parciais do PSA Uso Múltiplo.

2.1 São Luiz do Paraitinga

Até dezembro de 2020 foram elaborados 107 Planos de Ação, instrumento que orienta a elaboração dos contratos de PSA.



A área total a ser beneficiada pela execução dos Planos de Ação contratados supera 2.400 hectares, que serão convertidos para os usos do solo que o projeto incentiva (vegetação nativa protegida, pastagem manejada e piqueteada, culturas agrícolas com manejo agroecológico, sistemas agroflorestais e florestas multifuncionais). Com as intervenções planejadas a área com uso considerado sustentável passará de 44% dos imóveis para 68% dos imóveis em média, com grande benefício para a produtividade e renda e para a conservação ambiental.

Quando se destacam os usos produtivos incentivados, ou seja, os que deverão gerar renda, verifica-se a grande preferência por práticas relacionadas à pecuária, com a adoção de pastejo rotacionado, diversificação de forrageiras e introdução de árvores na pastagem. Este fato é coerente com o perfil dos produtores rurais e a atividade produtiva tradicional na região, que é a pecuária.

A implantação de sistemas agroflorestais e florestas multifuncionais despertou interesse e deverá haver ampliação significativa destas atividades em relação ao existente no início do Projeto.

Nas figuras 5 a 7 são apresentadas as diferenças, em hectares, dos diferentes usos de solo no início do projeto e ao final do projeto, considerando os compromissos firmados pelos proprietários rurais nos planos de ação.

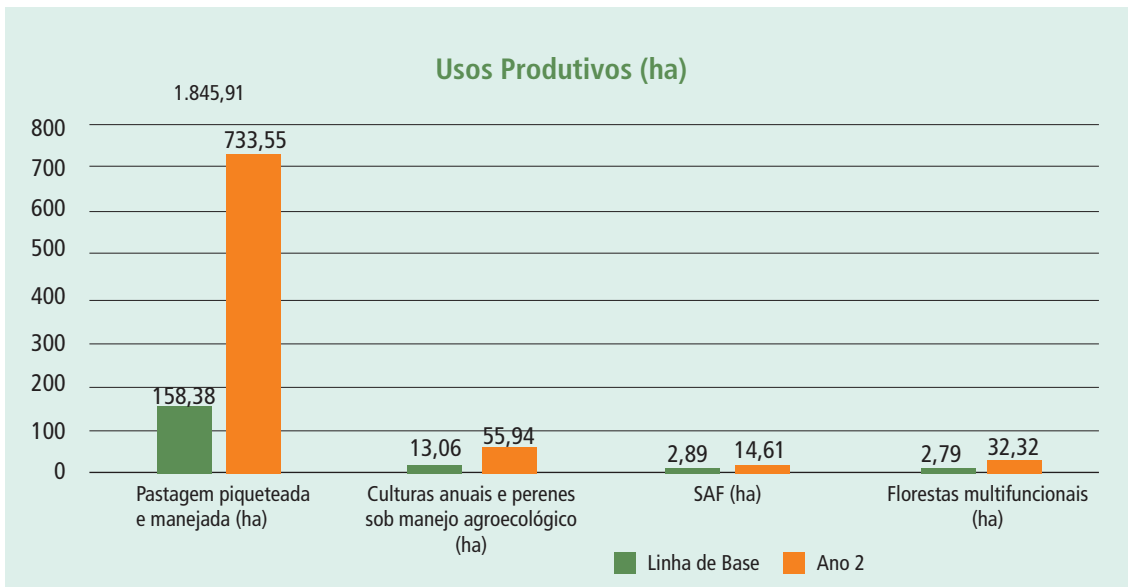


Figura 5: adesão aos usos produtivos incentivados pelo projeto em São Luiz do Paraitinga

A execução dos Planos de Ação deverá levar a um aumento de cerca de 12% de área recoberta por vegetação nativa protegida, ou seja, livre de fatores de degradação, o que representará a redução de 55% da vegetação nativa que na linha de base encontra-se ameaçada. Destaca-se, ainda, a esperada redução de pastagem degradada da ordem de 80%.

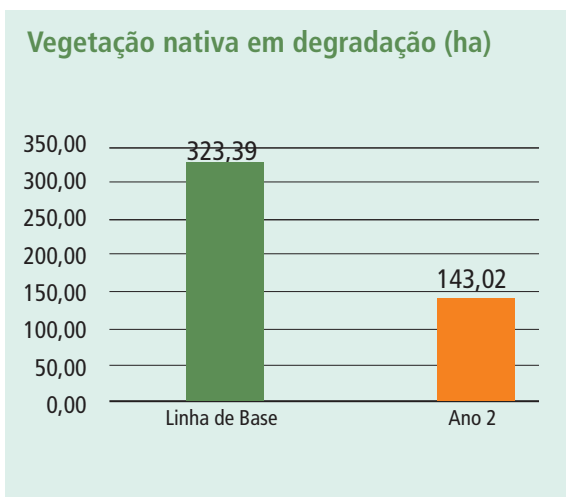


Figura 6: Área com vegetação sujeita a fatores de degradação

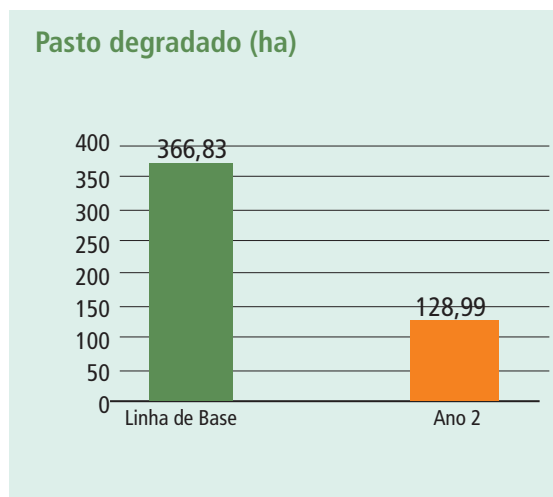


Figura 7: Área recoberta por pastagem degradada



2.2 Natividade da Serra

Até dezembro de 2020 foram elaborados 129 Planos de Ação, instrumento que orienta a elaboração dos contratos de PSA.

A área total a ser beneficiada pela execução dos Planos de Ação contratados é de cerca de 3.970 hectares, que serão convertidos para os usos do solo que o projeto incentiva (vegetação nativa protegida, pastagem manejada e piqueteada, culturas agrícolas com manejo agroecológico, sistemas agroflorestais e florestas multifuncionais). Com as intervenções planejadas a área com uso considerado sustentável passará de 37% dos imóveis para 74% dos imóveis em média, com grande benefício para a produtividade e renda e para a conservação ambiental.

Quando se destacam os usos produtivos incentivados, ou seja, os que deverão gerar renda, verifica-se a grande preferência por práticas relacionadas à pecuária, com a adoção de pastejo rotacionado, diversificação de forrageiras e introdução de árvores na pastagem. Este fato é coerente com o perfil dos produtores rurais e a atividade produtiva tradicional na região, que é a pecuária.

A implantação de sistemas agroflorestais e florestas multifuncionais despertou interesse e deverá haver ampliação significativa destas atividades em relação ao existente no início do Projeto.

Nas figuras 8 a 10 são apresentadas as diferenças, em hectares, dos diferentes usos de solo no início do projeto e ao final do projeto, considerando os compromissos firmados pelos proprietários rurais nos planos de ação.

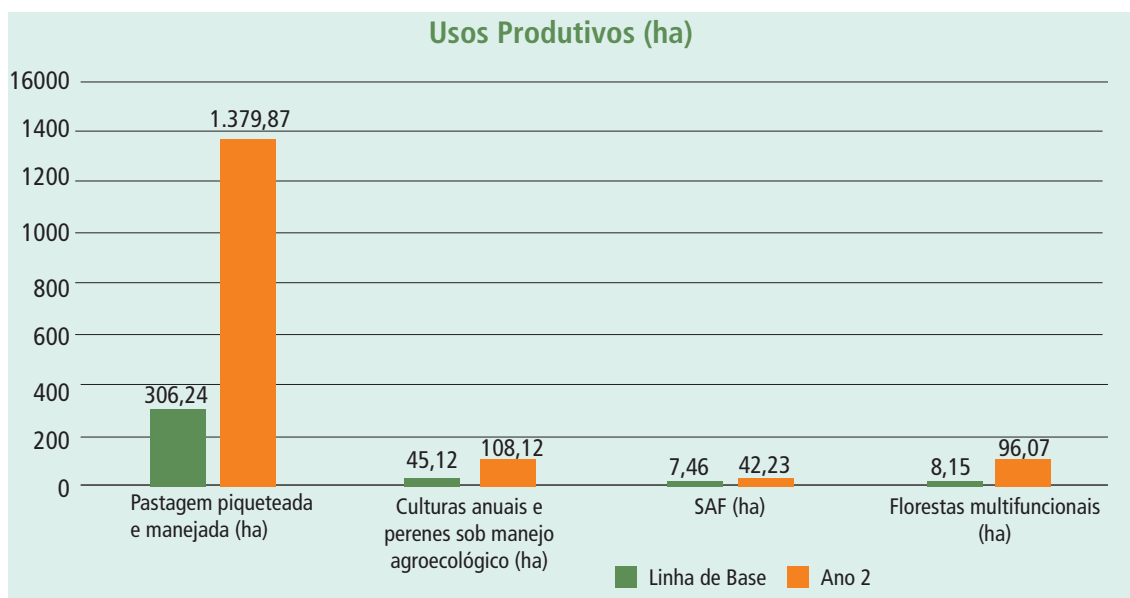


Figura 8: Adesão aos usos produtivos incentivados pelo projeto em Natividade da Serra

A execução dos Planos de Ação deverá levar a um aumento de cerca de 30% de área recoberta por vegetação nativa protegida, ou seja, livre de fatores de degradação, o que representará a redução de 93% da vegetação nativa que na linha de base encontra-se ameaçada.

Destaca-se, ainda, a esperada redução de pastagem degradada, mostrada a seguir, da ordem de 65%.

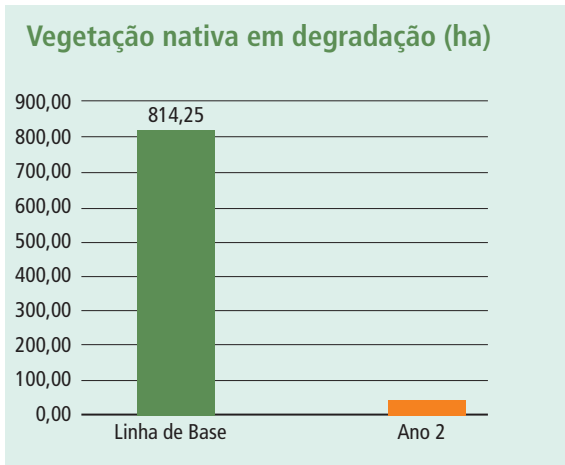


Figura 9: Área com vegetação sujeita a fatores de degradação

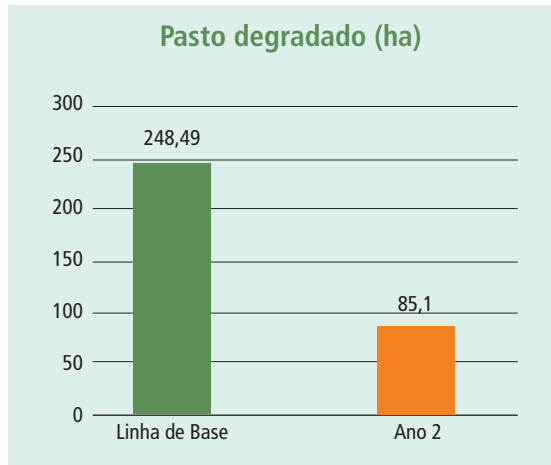
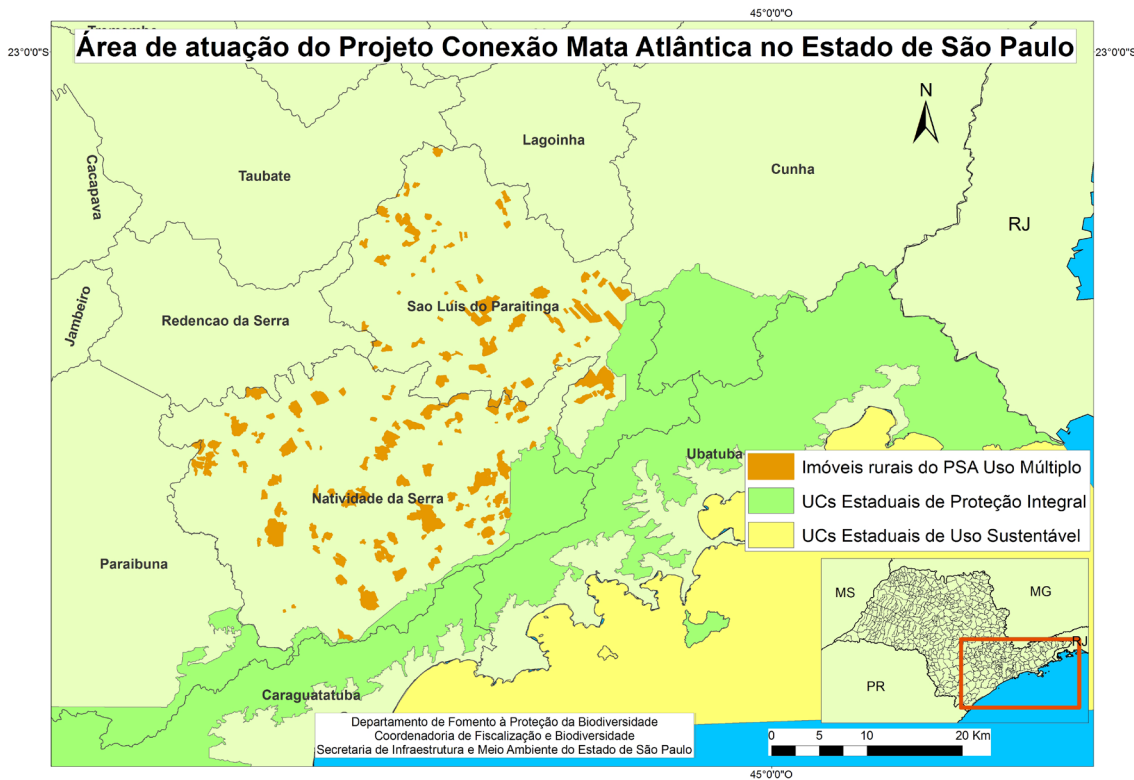


Figura 10: Área recoberta por pastagem degradada

O mapa a seguir apresenta a localização dos imóveis participantes do PSA Uso Múltiplo





2.3 Área de Proteção Ambiental de São Francisco Xavier e Zonas de Amortecimento da Estação Ecológica de Bananal e do Núcleo Itariru do Parque Estadual da Serra do Mar

A despeito da pandemia de Covid, em 2020 teve início a verificação do ano 1 para os provedores de serviços ambientais e os últimos pagamentos referentes à linha de base, conforme previsto nos editais de PSA Uso Múltiplo. Os resultados são apresentados na tabela abaixo.

Resultados de conservação com pagamento por serviços ambientais por território:

Tabela 3 : Resultados PSA Uso Múltiplo por território

Território	Resultado Preliminar	
	Contrato (nº)	Área Conservada (ha)
Bananal	50	3.546
Itariru	139	2.331
SFX	78	1.623
Total	267	7.500

Os 267 contratos de PSA firmados expressam o compromisso de conservação de 7.500 hectares que incluem: floresta nativa (sem exploração) em diferentes estágios de regeneração e floresta heterogênea sob manejo com diferentes percentuais de espécies nativas. Vale destacar que desse total 89%, ou seja 6.672,45 hectares correspondem a florestas em estágios médio e avançado de regeneração cuja conservação está compromissada pelo PSA.

Além disso, esses contratos expressam o compromisso de mudança de uso do solo de 5.619,89 hectares, em substituição de áreas degradadas e em favor de usos que agreguem mais carbono e mais biodiversidade.

Analisando os planos de ação dos contratos de PSA ativos (50 EEB + 131 NITA + 67 SFX) vemos que eles expressam um compromisso de incremento de florestas nativas e dos usos de solo alvo do Projeto (pastagens manejadas e piqueteadas; culturas anuais e perenes sob manejo agroecológico; sistemas agroflorestais; e florestas multifuncionais). Os gráficos que se seguem expressam a diferença de área na Linha de Base (LB) e Ano 2 (A2) para o conjunto dos contratos de PSA em Bananal, Itariru e São Francisco Xavier.

Dentre dos usos-alvo, os compromissos de incrementos mais significativos são de SAF e de culturas sob manejo agroecológico. A expectativa é de aumentar 38% as culturas sob manejo agroecológico e mais que quintuplicar as áreas de SAF. A pequena redução de área de pastagem manejada e piqueteada e de floresta multifuncional dará lugar a outros usos do solo que agregam mais carbono e biodiversidade. O gráfico abaixo detalha as mudanças de usos-alvo previstas nos planos de ação dos provedores de PSA em Bananal, Itariru e São Francisco Xavier.

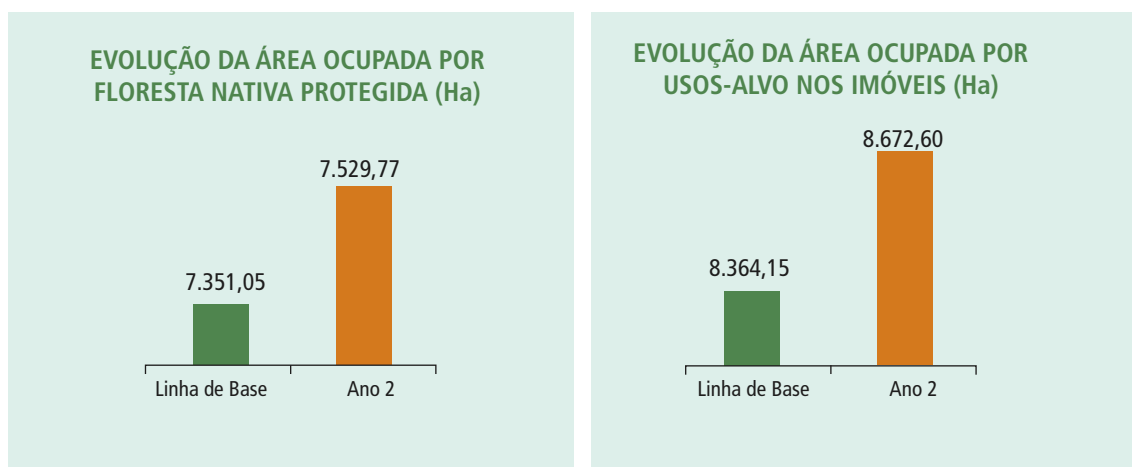


Figura 11: Evolução da área ocupada por floresta nativa protegida área ocupada por usos-alvos nos imóveis

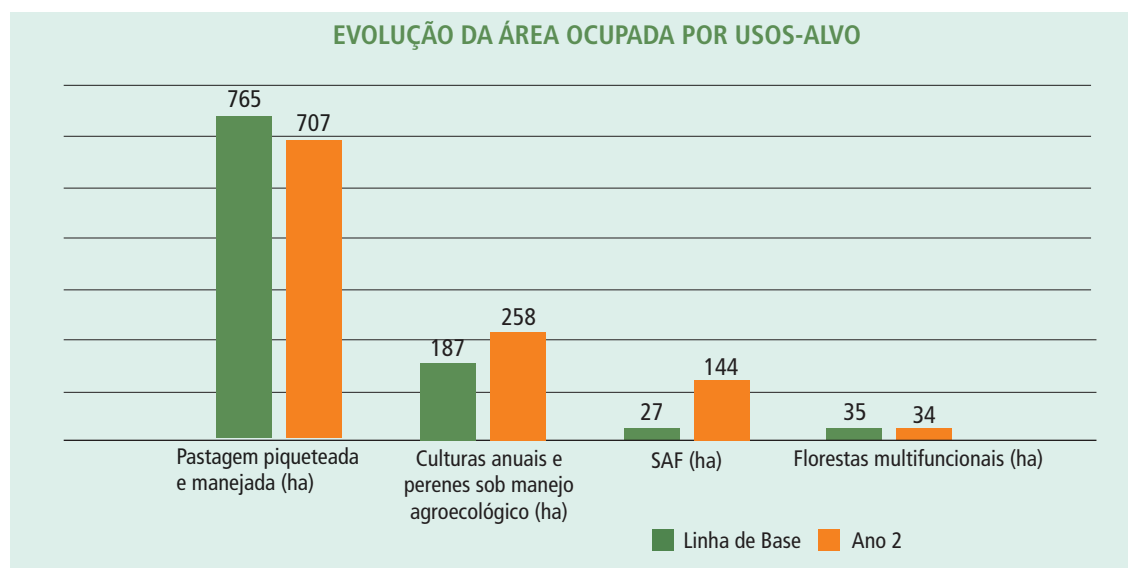


Figura 12 : Evolução de área ocupada por usos-alvo

A tabela a seguir expressa os pagamentos efetuados até dezembro de 2020.

Tabela 4: Pagamentos efetuados (Linha de Base e Ano 1) pelos serviços ambientais por território

Território	Linha de Base		Ano 1	
	Contrato (nº)	Valor (R\$)	Contrato (nº)	Valor (R\$)
Bananal	49	290.653,63	0	0,00
Itariru	131	581.255,70	28	84.838,90
SFcoXavier	68	220.706,70	3	16.282,00
Total	248	1.092.616,03	31	101.120,90

Todos os contratos vigentes tiveram suas Linhas de Base pagas. A diferença entre o número de contratos firmados e pagos decorre de desistências motivadas por morte ou doença do agricultor, venda do imóvel e outras dificuldades inerentes a pandemia.

O pagamento do Ano 1, por sua vez, só teve início no segundo semestre e deve ter continuidade em 2021. Também em razão da pandemia, houve agricultores que não executaram as atividades previstas e consequentemente não tiveram pagamentos no Ano 1, mas que têm pretensão de efetuar as atividades no decorrer do próximo ano. No total, até dezembro de 2020 foram pagos quase 1,2 milhões de reais por serviços ambientais.

Adicionalmente às metas e resultados compromissados, o PSA Uso Múltiplo induz os produtores rurais à adoção de práticas conservacionistas. Entre as diversas práticas incentivadas, merecem destaque: o saneamento rural, incluído no plano de ação de 85% dos produtores e a compostagem, incluída no plano de ação de 75%. Em Itariru, em especial, também merece destaque a meliponicultura, incluída no plano de ação de 71% dos produtores.

Quantitativamente de modo menos expressivo, ainda merece destaque a adesão ao plano de coexistência humano-fauna. Trata-se uma iniciativa desenvolvida a partir do Projeto Conexão Mata Atlântica no intuito de minimizar as ocorrências de conflitos com animais silvestres por predação (ataques à bezerros, ovelhas, galinhas, tanque de piscicultura) e/ou destruição de cultivos agrícolas por capivaras, javalis e outros animais silvestres.

A figura abaixo apresenta as práticas conservacionistas planejadas pelos provedores de serviços ambientais:

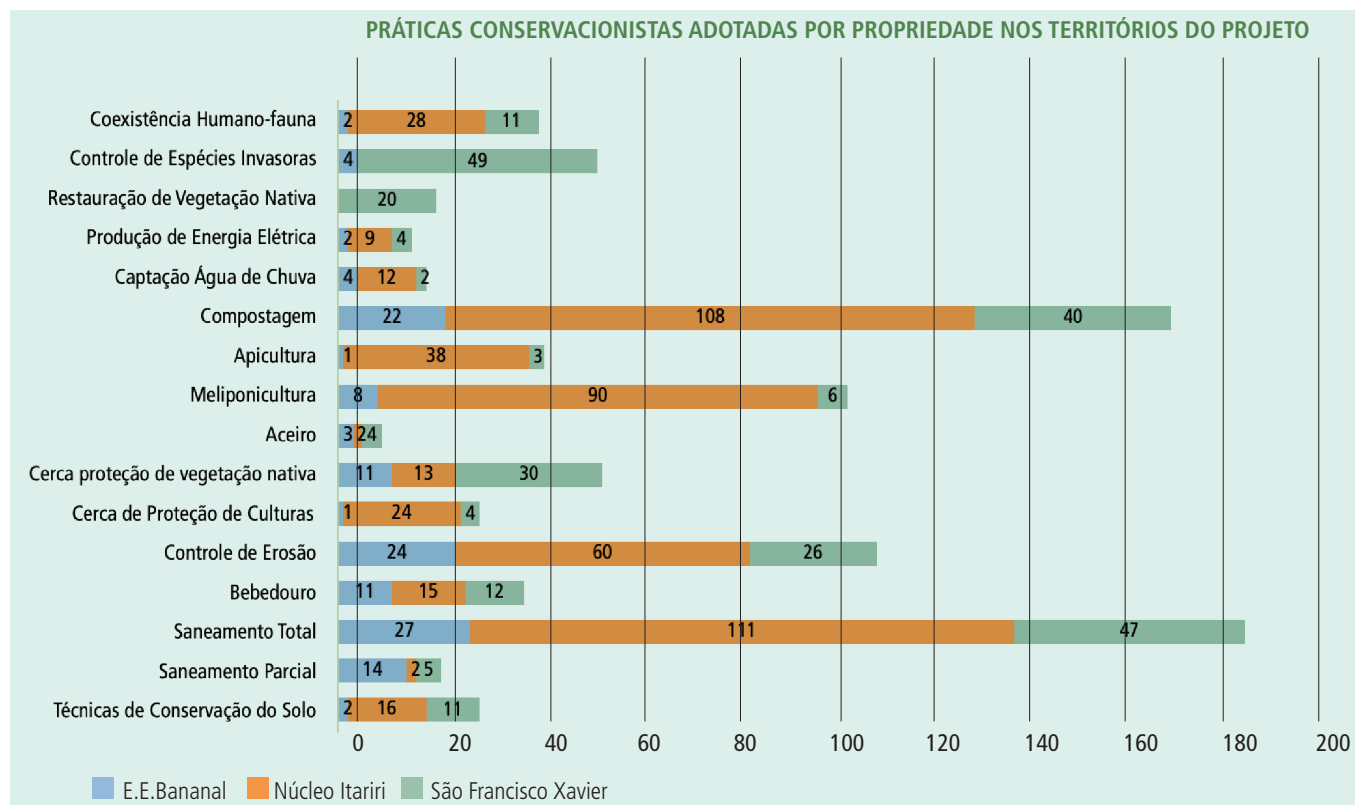


Figura 13: Práticas conservacionistas planejadas pelos provedores de serviços ambientais

3. PSA CERCA

Durante a execução do Projeto foi observado que o custo de cercas para a proteção de vegetação nativa representava uma restrição quase intransponível para a participação de pequenos produtores na região em que a pecuária é atividade produtiva preponderante. Assim, decidiu-se oferecer aos participantes das duas modalidades de PSA executadas pelo C2 SP apoio financeiro para a implantação de cercas.



Serão apresentados os resultados parciais, até 2020, das ações envolvidas no apoio ao isolamento e proteção de áreas em restauração, por meio do pagamento por serviços ambientais a provedores selecionados por edital público.

Foram selecionados 198 produtores rurais para participação no PSA Cerca. O valor do incentivo totaliza R\$ 3.272.347,00.

As áreas elegíveis devem estar em processo de restauração, por regeneração natural e/ou plantio de espécies nativas, incluindo áreas de preservação permanente, reservas legais, áreas destinadas à formação de corredores ou outras que serão restauradas e mantidas posteriormente com vegetação nativa.

A seguir é apresentada a distribuição dos beneficiados por município.

Tabela 5: Beneficiários do PSA Cerca por município

Município	TOTAL	Extensão da cerca (m)	Valor (R\$)
Areias	3	4.335	61.990,50
Cachoeira Paulista	3	5.772	82.539,60
Cunha	21	28.810	411.983,00
Guaratinguetá	4	5.414	77.420,20
Lagoinha	5	3.378	48.305,40
Lorena	2	2.165	30.959,50
Natividade da Serra	82	96.878	1.385.355,40
Paraibuna	1	1.105	15.801,50
Redenção da Serra	7	7.787	111.354,10
São Luiz do Paraitinga	64	66.522	951.228,60
Silveiras	4	4.380	62.633,60
Taubaté	2	2.292	32.775,60
Total geral	198	228.838	3.272.347,00

Status Edital PSA 01/2019 em 07/1/2021, incluindo: contratos pagos, em execução e pré-contratos (projetos de cerca já elaborados)

4. APOIO À CERTIFICAÇÃO

O apoio à certificação busca o atendimento de padrões estabelecidos pelos selos de certificação e adoção de melhores práticas agropecuárias, cujo diferencial de produção é reconhecido pelo mercado consumidor.

Os produtores selecionados por edital recebem assistência técnica, apoio financeiro de até três mil reais e custeio da certificação escolhida. Para atender aos interesses dos produtores rurais foram selecionados diferentes selos de certificação:

- **Agroecológica:** Certificado do Protocolo de Transição Agroecológica, emitido pelas Secretarias Estaduais de Agricultura e Abastecimento e de Infraestrutura e Meio Ambiente e duas OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público): AAO e Kairós;
- **Florestal: Certificado FSC (Forest Stewardship Council)**, emitido por certificadora acreditada contratada pelo Projeto;
- **Orgânica: Certificado SisOrg (Sistema Orgânico de Conformidade)**, emitido por certificadora acreditada contratada pelo Projeto;

Foram firmados 160 contratos de apoio à certificação, com aporte financeiro de quase 460 mil reais, dos quais restam a quitar menos de 10% já que alguns produtores optaram pelo parcelamento do apoio financeiro.

Desses compromissos, até dezembro de 2020 o Projeto registrava 33 produtores certificados (6 SisOrg e 27 agroecológicos) em área correspondente a 576,43 hectares, além outros 45 produtores com declaração de transição agroecológica em área correspondente a 2.219,11 hectares. A declaração atesta que aquele produtor rural deu início a transição da produção convencional para a produção agroecológica.

A tabela a seguir detalha os resultados de certificação por território.

Tabela 6: Resultados preliminares de certificação por território

Território	Resultado Preliminar		Certificados	
	Contrato (nº)	Área (ha)	Produtor (nº)	Área (ha)
Bananal	27	1.988,20	5	27,12
Itariru	42	776,85	7	274,06
SFcoXavier	27	566,95	0	0,00
Sta Virgínia	64	2.207,98	21	275,25
Total	160	5.539,98	33	576,43

A escolha pela certificação agroecológica que abrange todo imóvel rural foi preponderante em quase todos os territórios e é a principal razão para a expectativa de área certificada ultrapassar cinco mil hectares. É importante que os municípios privilegiem a produção orgânica e agroecológica em suas políticas públicas, assim como o comércio local. A opção pelos diferentes selos de certificação é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 7: Opção de certificação por território

Território	Agroecológica		Orgânica		FSC	
	Contrato (nº)	Área (ha)	Contrato (nº)	Área (ha)	Produtor (nº)	Área (ha)
Bananal	18	1.347,04	2	3,00	7	638,16
Itariru	15	645,41	27	131,44	0	0,00
SFcoXavier	24	546,67	1	1,00	2	19,28
Sta Virgínia	53	2.177,98	11	30,00	0	0,00
Total	110	4.717,10	41	165,44	9	657,44

Mais da metade dos produtores interessados na certificação orgânica estão com seus planos de manejo elaborados e demais documentos encaminhados à certificadora contratada, com perspectiva de auditoria em março próximo. Aqueles que optaram pela certificação florestal constituíram o grupo a ser certificado sob administração da Fundação Florestal e, nos próximos meses, darão início às capacitações e auditorias internas que precedem a auditoria da certificadora contratada.

5. APOIO A CADEIAS DE VALOR SUSTENTÁVEL (CVS)

O apoio a cadeias de valor sustentável busca a adoção de boas práticas agropecuárias e valores socioambientais, cujo diferencial é reconhecido pelo mercado consumidor.

Os produtores selecionados por edital recebem assistência técnica, apoio financeiro de até 21,8 mil reais detalhado em um plano de ação específico e um plano de negócio individualizado elaborado sob supervisão da Fundação Getúlio Vargas. Os investimentos detalhados em plano de ação podem contemplar insumos (semente, muda, matriz, adubo, etc), máquinas agrícolas (microtrator, roçadeira, picador, etc), equipamentos para armazenar, beneficiar, processar, embalar ou qualquer outro bem ou serviço de interesse.

Foram firmados 188 contratos, com aporte financeiro de quase 3,5 milhões de reais, restando ainda quitar outros 14% uma vez que muitos produtores optaram pelo parcelamento do recurso.

A tabela a seguir detalha os resultados de apoio a cadeias de valor sustentável por território.

Tabela 8: Resultados preliminares de apoio a cadeias de valor sustentável por território:

Território	Resultado Preliminar		
	Contrato (nº)	Área Total (ha)	Área CVS (ha)
Bananal	53	3.440,41	448,32
Itariru	29	656,83	170,15
SFX	22	999,55	51,67
Sta Virgínia	84	3.560,85	568,64
Total	188	8.657,64	1.238,78

No que diz respeito a área, optou-se por apresentar a área total e a área de CVS indicada no Plano de Ação, sabendo que a área da cadeia produtiva escolhida pelo produtor pode ser muito maior que a área diretamente beneficiada com recursos financeiros do edital de CVS. Esse quadro é recorrente para a bovinocultura, cadeia de destaque nos territórios de Bananal e Santa Virgínia, onde as pastagens ocupam áreas muito maiores que as áreas diretamente beneficiadas com os recursos financeiros do edital de CVS, mas que também receberam orientação técnica para adoção de práticas mais sustentáveis do ponto de vista ambiental e econômico. Assim, é certo que as boas práticas extrapolam para além da área de CVS.

À parte o interesse pela bovinocultura já tradicionais em Bananal e Santa Virgínia, a fruticultura se destacou em todos os territórios, assim como a produção de mel e demais derivados da criação de abelhas, conforme a tabela a seguir.

Tabela 9: Principais cadeias de valor sustentável apoiadas por território:

Território	Fruticultura		Bovinocultura		Mel		Horticultura	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Bananal	18	62	23	348	3	103	0	0
Itariru	11	43	0	0	8	92	10	35
São Francisco Xavier	5	17	1	3	5	11	3	5
Santa Virgínia	28	86	34	367	8	61	10	27
Total	62	208	58	718	24	267	23	67

A tabela anterior mostra as principais cadeias apoiadas pelo Projeto Conexão, com o número de contratos e respectiva área de CVS. Vale destacar que a fruticultura inclui produção de frutas nativas da mata atlântica (cambuci, uvaia, pitanga, jaboticaba, juçara, entre outras), frutas exóticas (com destaque para banana em Itariru) e o consórcio de ambas. De modo similar, a cadeia do mel consiste na apicultura e na meliponicultura (criação de abelhas nativas).

A produção/criação de espécies nativas ganha impulso com o Projeto, mas impõe o desafio de consolidar essas cadeias produtivas. Para facilitar esse processo foram lançados editais (em 2019 e 2020) para apoiar organizações de produtores rurais que atendessem os beneficiários de CERT e CVS nos diferentes territórios. Através desses editais foram selecionadas sete organizações, cujas propostas incrementam as cadeias de frutas, leite, mel e olerícolas.

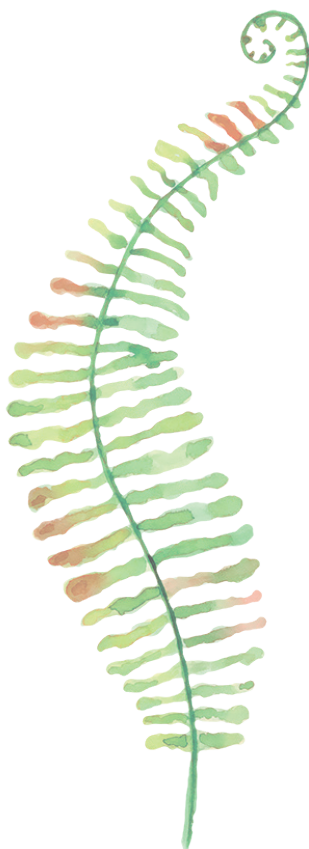
As organizações selecionadas em 2019 foram contratadas e suas propostas estão em execução. As organizações selecionadas em 2020 estão formalizando seus contratos. Cada organização apresentou proposta de até 200 mil reais, incluindo entre outras coisas, infraestrutura para beneficiamento de modo a agregar valor à produção, infraestrutura de distribuição para alcance de novos mercados, apoio à regularização da produção, especialmente no que diz respeito à obtenção do selo de inspeção necessário para a comercialização de produtos de origem animal, como é o caso de mel e queijo. Nesse quesito as municipalidades exercem o papel chave quando instituem o sistema de inspeção municipal (SIM) que abre possibilidade do produtor acessar o Selo Arte (Lei Federal 13.680/2018 e Decreto Federal 9.918/2019), para

comercializar seu produto dentro e fora do município, buscando mercados diferenciados e de melhor remuneração

Tabela 10: Principais cadeias apoiadas pelas organizações de produtores selecionadas.

Território	Edital 2019		Edital 2020	
	Organização	Cadeia	Organização	Cadeia
Bananal	Sindicato Rural	Fruticultura	Amovale	Fruticultura e Horticultura
Itariru	Ass. Pedro Toledo	Fruticultura	Ass. Prod. Mel	Mel
São Francisco Xavier	--	--	Ass. Prod. São Francisco Xavier	Fruticultura e Horticultura
Santa Virgínia	Ass. Minhoca	Horticultura	Ass. Vargem Gde	Leite

Por fim, vale destacar que o Projeto Conexão Mata Atlântica induz ao aumento de produtividade e maior retorno econômico da atividade agropecuária. Além disso, o recurso aportado pelos editais, independente da modalidade, implica na contratação de bens e serviços que geram emprego e renda no município.





MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



| Secretaria de
Agricultura e Abastecimento

| Secretaria de
Infraestrutura e Meio Ambiente

